

O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem

The Geography textbook and the challenges of teaching for learning

Gabriela Rodrigues da Silva¹

RESUMO: A obra nomeada de "O livro didático de geografia e os desafios da docência para aprendizagem" é produto da colaboração entre diversos geógrafos e professores de geografia. Em seu escopo encontra-se uma série de artigos referentes ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e ao processo de avaliação das coleções didáticas, enfocando, logicamente, o conteúdo e a forma dos livros didáticos de geografia disponibilizados às instituições de ensino básico brasileiras. Não obstante, discute-se o fato de o livro didático colocar-se enquanto um obstáculo à autonomia docente, ao passo em que, geralmente, apresenta-se como o único recurso didático acessível para esses professores. Em síntese, o texto é rico em informações, problematizações e soluções de curto prazo, pois apresenta métodos e recursos alternativos capazes de complementar o livro didático, logo, é leitura obrigatória para licenciandos em geografia e professores inseridos no contexto das escolas públicas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Livro Didático; Geografia; Metodologias Alternativas.

ABSTRACT: The book named "The geography textbook and the challenges of teaching for learning" is the product of collaboration between several geographers and geography teachers. The scope of the work includes a series of articles referring to the "Programa Nacional do Livro Didático" (PNLD) and the evaluation process of the didactic collections, focusing, logically, the content and form of geography textbooks available to the institutions of basic education in Brazil. Beyond that, it is discussed the fact that the textbook is an obstacle to teaching autonomy, although, generally, it is presented as the only teaching resource accessible to these teachers. In short, the text is rich in information, problematizations and short-term solutions, because it presents alternative methods and resources capable of complementing the textbook, therefore, it is a obligatory reading for graduating students of geography and teachers inserted in the context of public schools in Brazil.

KEYWORDS: Textbook; Geography; Alternates Methodologies.

“*O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem*”, organizado por Tonini *et al.*, publicado em 2017, apoiado pelo Ministério da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Educação (FACED- UFRGS) e o Núcleo de Estudo em Educação e Geografia (NEEGEO), e publicado pela Editora Sulina, discute a criação e vinculação do livro didático de geografia a partir da avaliação de profissionais envolvidos na

¹Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9287-5709>. E-mail: gabriela.r.rodrigues@ufv.br.

Política Nacional do Livro Didático (PNLD). Não obstante, trata da necessidade de que os professores da educação básica atuem quanto à seleção de seu instrumento de trabalho.

O prefácio, concebido por Kaercher, aborda a preocupação quanto à desconstrução de direitos e conquistas sociais no Brasil, indicando a possibilidade de que as próximas edições do PNLD sejam feitas em moldes antigos. Ademais, defende-se o caráter público da análise das obras didáticas, isto é, a participação das instituições de ensino superior quanto ao aperfeiçoamento e complexificação da política, além da manutenção de uma pluralidade de avaliadores, a fim de que se desconstruam estereótipos e generalizações, ocasionados pela visão de escritores sudestinos acerca das demais regiões brasileiras. Enfim, há a consciência dos limites e avanços dos livros didáticos, entretanto, deve ser encargo do professor a melhor utilização deste, ansiando por uma interação dialogada e curiosa com os estudantes e a realidade por eles vivida.

O bloco I, nomeado de "*Olhares sobre o Livro Didático*", é iniciado por Oliveira e Giordani, a partir do texto "*Guia do livro didático: textualidades em tensões*". No referido, indica-se que a textualidade dos guias dirige-se ao convencimento dos professores quanto às possibilidades e ausências das obras didáticas. Assim, este não é “produto final”, mas permite o reconhecimento das disputas de saberes, práticas e métodos, intrínsecos a avaliação do PNLD. Por conseguinte, indica-se que os guias compõem-se por resenhas, que trazem um olhar panorâmico da obra, analisam sua proposta pedagógica e tratam das possibilidades de uso em sala de aula. Assim sendo, apesar de haver essencialidade quanto a escolha do professor, é sabido que o PNLD coloca-se como política pública do Estado, logo, está em consonância com as prerrogativas educativas, curriculares e temáticas, delineadas para a Educação Básica.

O tópico "*Instrumentos para análise e escolha do Livro Didático de Geografia pelo professor: aspectos da formação cidadã*", redigido por Gonçalves e Melatti, aponta que o livro didático está na rotina das salas de aula, em outros termos, é parte do trabalho dos educadores e principal determinante do currículo das disciplinas escolares. À vista disso, é primordial que os professores da educação básica tenham sua participação assegurada nas etapas decisórias de produção, avaliação, escolha e uso das coleções didáticas. Além disso, é indicado que ao avaliar os limites e as potencialidades dos livros didáticos de geografia e manuais do professor, considere-se a finalidade das atividades ofertadas, o respeito ao caráter laico e autônomo do ensino público, a valorização das diferenças socioculturais, o tratamento da cultura cartográfica, a desnaturalização de manifestações preconceituosas, intolerantes e homofóbicas e o fato de conceber ou não a história e contribuições dos povos indígenas, afro-brasileiros e imigrantes.

Sequencialmente, Azambuja, em "*O livro didático e o ensino de geografia: qual livro?*", traz a reflexão de que o livro didático e a pós-modernidade são realidades incompatíveis, já que o

primeiro privilegia o ensino tradicional de geografia. A partir disso, a alteração relaciona-se com a utilização de pressupostos teóricos e metodológicos transformadores, buscando a superação da perspectiva enciclopédica em conjunto com a mobilização da realidade social e histórica dos estudantes e da comunidade escolar. Para mais, propõe-se que a definição do conteúdo e forma do livro didático paute-se unicamente em uma das correntes da geografia, entretanto, que se viabilize interações com as demais (fenomenológica, marxista, sistêmica, etc.), além de se considerar as categorias de análise dessa ciência e a realidade do local em que se leciona.

O II bloco, chamado de "*Possíveis leituras do livro didático*", inicia-se com Sabota e da Silva, em um escrito nomeado de "*Formação cidadã e linguagem cartográfica no PNLD de geografia dos anos finais*". Posto isto, os autores consideram o livro didático como um risco à autonomia docente ao ser encarado como uma verdade inquestionável. Na sequência, discute-se que o Estado toma para si a tarefa de avaliar a qualidade material e teórico-metodológica das coleções, a fim de aproximá-las da ciência de referência, minimizando erros conceituais e dificultando a difusão de estereótipos e estigmas, em igual medida, são os professores os responsáveis por escolher a coleção que melhor se adequa a sua prática cotidiana. No que se refere à formação cidadã e a linguagem cartográfica, salienta-se a conexão com a realidade socioespacial vivenciada, seu registro e leitura crítica, diante disso, não devem aparecer pontualmente nas coleções, já que mobilizam habilidades cognitivas, tal qual, a análise, comparação, síntese e interpretação.

Em "*Imagens-clichês e livros didáticos: reflexões para o ensino de geografia*", Firmino e Martins argumentam que as imagens são o primeiro contato dos educandos com espaços geográficos e identidades diversas. Por isso, é um instrumento didático desafiador e potente, pois pode fomentar o enquadramento da pessoa em um padrão de ideias, paralisando-os diante de alguns estigmas. Nesse sentido, citam-se as imagens-clichês que abordam a “realidade” da América-Latina, África e Ásia, corroborando-as como sinônimos de pobreza, marginalidade e degradação ambiental. Sabe-se da existência dessas questões, contudo, ao focar-se unicamente nas dificuldades, os estudantes acabam por não atentar-se aos posteriores avanços e transformações. Consequentemente, recomenda-se que o instrumento seja explorado a fim de se desenvolverem múltiplas reflexões e visões de mundo.

Gabrelon e Silva escrevem o texto "*Livro didático: suas funções e o ensino de geografia*", evidenciando sua função de estabelecer correlações entre o ensino e a ciência geográfica, servir como referência de estudo para professores e estudantes e dar suporte para a organização e a prática do ensino escolar, além disso, se diz que o ensino de geografia, encabeçado pelo Estado, assume a função de construir discursos e firmar ideologias acerca do território brasileiro e de seu povo. Em seguimento, de modo a se desvendar a forma e o conteúdo das obras, é necessário estar atento

quanto ao conjunto de relações nas quais o livro didático se insere, tal qual a intenção dos sujeitos que o concebem, das questões pedagógicas, da interação entre professor e aluno e da pressão desembocada pela existência das normas, legislações e do próprio currículo da educação básica.

O bloco III, "*Livro Didático e fazeres na docência*", inicia-se com "*Amados por uns, odiados por outros: avanços e potencialidades dos Livros Didáticos de Geografia*", escrito por Santos, neste expõe-se que os problemas vinculados aos livros didáticos de geografia colocam-se como a diversidade de temas estudados, as contínuas transformações do espaço geográfico e a questão de que, enquanto política pública de Estado, o material deve alcançar crianças com variadas necessidades de aprendizagem, implicando em uma maior participação dos professores quanto à criação, avaliação e manuseio desses recursos no cotidiano escolar. À vista disso, o autor considera que apesar dos livros didáticos colocarem-se como um investimento estatal oneroso e possuir caráter modal de ideologias, os mesmos são a única obra disponível para estudo e pesquisa na maior parte das residências brasileiras. Para além, reflete-se que a não atenção dos cursos de formação de professores quanto à primordialidade de se conhecer e questionar a produção, avaliação e utilização dos livros didáticos em sala de aula, corrobora para com que professores recém-formados apresentam pouco ou nenhum conhecimento sobre a estrutura, as possibilidades e limites da ferramenta.

O artigo de Copatti, chamado de "*Livro Didático e professor de Geografia: interações na prática de ensino*" defende que o livro didático é um suporte, contribuindo para o desenvolvimento das aulas e o aprendizado dos estudantes. Nesse sentido, ao ser tomado como um complemento, é o professor o responsável por assumir a tarefa de moldá-lo ao planejamento dos conteúdos e atividades, de aliá-lo a outros recursos educativos e de fazer com que este se torne fonte de leitura e pesquisa. A fim de se alcançar esse cenário e superar o estigma do livro didático como manual ou a própria aula, indica-se que os professores busquem emancipação, lê-se transformação social, de modo a alcançarem o *status quo* de intelectual crítico.

Costella em "*Nas entrelinhas do Livro Didático: a voz e a visibilidade do aluno*" destaca que o livro didático é um caminho para dar voz e visibilidade aos estudantes, de modo a permitir que o professor esteja ciente do mundo por eles vivenciado e daquele que se faz "ausente", ou seja, é mentalmente projetado. A partir disso, a autora diz que o professor não é um profissional que aprende um ofício, aprimora e aplica diretamente o que aprendeu, pelo contrário, grande parte dos ensinamentos aprendidos nos cursos de formação de professores são continuamente pensados, desenvolvidos, repensados e superados, a partir do lugar e da voz dos educandos.

Em "*Para a crítica da Geografia que se ensina através dos livros didáticos*", Couto expõe os modelos metodológicos que antecedem a organização e o desenvolvimento dos conteúdos de

ensino de geografia. Isto posto, o primeiro modelo, guiado pela Geografia Clássica, assenta-se sob a definição de conceitos, exposição de processos e temas relacionados e aplicação do aprendizado na realidade. Já o segundo modelo defende que se parta do real e do levantamento de problemas socioespaciais concretos a fim de se justificar o ensino-aprendizagem de certas temáticas. À vista disso, sabe-se que é o primeiro padrão que vigora nas instituições de ensino brasileiras, contudo, deve-se valorizar a combinação da descrição e explicação antecedida (ou acompanhada) por perguntas e problematizações, afinal, os professores devem manter-se autônomos e conscientes, produzindo conhecimento geográfico destinados a práticas sociais transformadoras.

Vallerius e Santos escrevem acerca de "*Os Livros Didáticos como potencializadores do trabalho com os conceitos geográficos em sala de aula*", para eles a geografia escolar assume a função de desenvolver atitudes, habilidades e valores capazes de mover o estudante a compreender a realidade em que vive por meio dos conceitos, tal qual, paisagem, território, região, espaço, etc., diante disso, o livro didático é visto como instrumento qualificado a lecionar essas noções em sala de aula, corroborando para com o desenvolvimento raciocínio geográfico e da linguagem cartográfica.

O artigo "*Sobre o Livro Didático de geografia e os dilemas da prática docente*", de Santana Filho, organiza-se a partir da discussão da política pública de distribuição de livros didáticos no Brasil e da relação estabelecida entre o professor de geografia e o recurso, uma vez que o livro didático influencia as escolhas, marca a prática pedagógica e constitui a identidade do docente. Por conseguinte, aborda-se que os conteúdos geográficos, na maioria das vezes, acabam por ser determinados pelos livros didáticos em detrimento às práticas socioespaciais dos educandos ou mesmo dos conceitos difundidos pela geografia acadêmica. Outrossim, indica-se a existência de professores apáticos e desencantados quanto a realidade da educação básica no Brasil, de modo que acabam por obedecer incondicionalmente os preceitos conformados nas coleções didáticas, em decorrência disso, estabelece-se uma geografia escolar anacrônica, factual e inoportuna para com a realidade.

O escrito de Tonini e Goulart, "*Desafios para potencializar o Livro Didático de Geografia*", discute que, para alguns, o livro didático deve ser "desacreditado", "desqualificado" e "não inserir-se nas discussões nos cursos de licenciatura". Em contrapartida, outros o concebem como "não sendo produtor de conhecimentos, mas um veiculador de informações" ou como "mais um recurso imposto à prática cotidiana dos professores". Assim sendo, advoga-se que o livro didático deve ser apreendido como um referencial para as ações pedagógicas, logo, como fonte de orientação para o planejamento, similarmente, é obrigatório à compreensão de suas limitações e dos "espaços de fuga", ou seja, a possibilidade de complementá-lo a partir de outros recursos.

Ao final, pode-se dizer que a obra em questão buscou elucidar as entrelinhas da Política Nacional do Livro Didático, em especial, o processo avaliativo de 2017, focando no protagonismo do livro didático de geografia nas instituições de ensino brasileiras. Os envolvidos na escrita da obra condenam, em maioria, as obras didáticas como recursos únicos, apontando que o espaço vivido pelo estudante, a geografia acadêmica e escolar, deveriam nortear o processo, todavia, como de praxe em qualquer texto crítico, os autores não indicam, ou o fazem de forma superficial, caminhos a serem seguidos na secundarização dos livros didáticos enquanto ferramentas de ensino, o único artigo que o fez, dentre os 14, de forma clara e passível de aplicação, é o de Tonini e Goulart.

Na sequência, indica-se que, devido à extensão e a colaboração de inúmeros autores, a obra pode tornar-se monótona e repetitiva aos olhos do leitor, assim sendo, se a necessidade da leitura for pujante, faz-se factível a seleção de alguns poucos textos, uma vez que todos trazem a contextualização histórica do PNLD, apontam para o fato de que os guias de escolha voltam-se ao convencimento do professor quanto a certas coleções, e, por fim, advogam que os educadores devem fazer-se mais autônomos e participativos nas etapas decisórias. Em suma, a obra é de relevância, sobretudo, para futuros professores, mas sua organização deveria ter seguido de forma mais lógica, apontando para o histórico, as limitações e as possibilidades de transformação do atual cenário, de modo a não entediar o leitor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TONINI, Ivaine Maria. et al. **O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. 1º Edição. Porto Alegre: Sulina, 2017.